

ÍNDICE AI: AMR 19/16/99  
24 junho 1999

## **Brasil: comunidade de direitos humanos apoia plano de ação da Anistia Internacional pelos direitos humanos dos detentos**

Após o lançamento do relatório da Anistia Internacional sobre o sistema carcerário no Brasil, pessoas com interesse na área de direitos humanos, representando diferentes setores da sociedade, reuniram-se em São Paulo para refletir sobre os temas levantados no relatório. Ao final do encontro, os presentes decidiram apoiar plenamente os dez pontos do plano de ação apresentado pela Anistia.

Estiveram presentes representantes de ONGs, grupos de direitos humanos, Assembléias Legislativas, Pastorais Carcerárias, juízes, advogados, ex-prisioneiros e estudantes entre outros. O plano de ação que, juntamente com o relatório, será apresentado pela delegação da Anistia Internacional a autoridades em Brasília, inclusive à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pede que o governo brasileiro:

**institua, a nível federal e estadual, um sistema especializado, eficiente, autônomo, transparente e provido de recursos adequados para a inspeção de instituições penais e delegacias policiais**

**estabeleça um procedimento efetivo de denúncia para permitir que os presos reclamem contra violações dos direitos humanos sem temer represálias**

**assegure que todos os detentos tenham acesso aos respectivos familiares e a um advogado imediatamente após a detenção e com regularidade durante todo o período de detenção ou encarceramento**

**submeta todo caso de morte sob custódia a uma investigação minuciosa, imediata e imparcial a fim de determinar a causa e forma da morte**

**afaste do serviço ativo o pessoal carcerário e os policiais denunciados como participantes em episódio de tortura ou maus-tratos enquanto se aguardar a realização de inquérito minucioso e imparcial**

**proporcione à totalidade do pessoal prisional o treinamento e as bem definidas diretrizes de que precisa para cumprir seu dever no trabalho de ressocialização e reabilitação dos presos sob seus cuidados**

**assegure que toda pessoa detida ou presa tenha pronto acesso a um médico em caso de suspeita ou alegação de tortura ou maus-tratos**

**assegure que toda pessoa detida ou presa com problemas de saúde receba assistência médica**

**implementar as garantias e disposições referentes à internação de menores determinadas pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil**

**assegure que a política penal e o treinamento do pessoal carcerário leve em consideração as necessidades e direitos específicos das detentas**

O texto integral das recomendações da Anistia Internacional ao Governo Brasileiro está contido no relatório: *Brasil: "Aqui Ninguém Dorme Sossegado": Violações dos direitos humanos contra detentos* (Índice AI AMR 19/09/99) publicado em junho de 1999.

FIN.../

